



ÉTICA, ESTÉTICA E REPRESENTAÇÃO NA LITERATURA: (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DA LÍNGUA E (DES)ENQUADRAMENTO DE IMAGENS NA ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

ETHICS, AESTHETICS AND LITERATURE'S
REPRESENTATION: (DE)TERRITORIALIZATION OF
LANGUAGE AND (MIS)FRAMING OF IMAGES IN
CAROLINA MARIA DE JESUS' WRITING

Luciano Santos Xavier ¹
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Este trabalho aspira discutir o processo de (des)territorialização² da língua (Português Brasileiro), operado por Carolina Maria de Jesus em sua escrita, cujos manuscritos originais borram os padrões ortográficos e gramaticais, ao mesmo tempo em que forjam uma estética literária e linguística afro-negro-brasileira, no bojo de uma *epistemologia negra*. A metodologia empregada é de abordagem qualitativa, sendo uma revisão de literatura e análise literária comparativa. Baseio a discussão nos estudos de crítica textual feitos por Verônica de Souza (2019) sobre o processo editorial frente aos manuscritos da obra de Carolina Maria de Jesus, para entender os apagamentos estéticos, linguísticos e representacionais feitos na escrita de Carolina; assim como nos estudos de Judith Butler (2015), bell hooks³ (2019), Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2014), José Henrique de Freitas Santos (2018), dentre outros.⁴

¹ lu.ciano2011@live.com

² Utilizo parênteses no conceito de *desterritorialização* por uma questão de abertura conceitual, uma vez que o ato desterritorializar, concomitantemente, dá espaço para uma nova territorialização.

³ As referências que aqui faço à autora bell hooks, pondo seu nome em letras minúsculas – inclusive nas referências e citações –, estão em diálogo com a perspectiva teórico-crítica e ética

Palavras-Chave: Carolina Maria de Jesus; Representação literária; (Des)territorialização da Língua; (Des)enquadramento de imagens; Epistemologia Negra.

Abstract: *This work aims to discuss the (de)territorialization processes of the language (Brazilian Portuguese), operated by Carolina Maria de Jesus in her writing, whose original manuscripts erase the orthographic and grammatical patterns, at the same time that creating an Afro-Black-Brazilian literary and linguistic aesthetic, in the midst of a black epistemology. The methodology used is of a qualitative approach, composed by a literature review and comparative literary analysis. I base the discussion on the studies of textual criticism by Verônica de Souza (2019) about the editorial process in front of the manuscripts of the work of Carolina Maria de Jesus, to understand the aesthetic, linguistic and representational deletions made in Carolina's writing; as well as in the studies of Judith Butler (2015), bell hooks (2019), Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2014), José Henrique de Freitas Santos (2018), among others.*

Keywords: *Carolina Maria de Jesus; Literary representation; (De)territorialization of language; (Mis)framing of images; Black Epistemology.*

INTRODUÇÃO

Entender os movimentos de representação da e na literatura, ou mesmo da/na arte como um todo, exige de nós uma reflexão que se inscreve no âmbito estético, mas que não está isenta do aparato ético. Afinal, a literatura e a arte, embora autônomas quanto à realidade, não estão desvinculadas dela, não estão estanques da vida como expressão e relação entre espaço e tempo, culturas, línguas e saberes, cosmovisões e epistemologias, sem perder de vista a relação entre o eu e o outro, pautada no caráter ético e de responsabilidade com a vida.

Com vistas a essas questões, este trabalho aspira discutir o processo de territorialização e desterritorialização da língua (Português Brasileiro), operado por Carolina Maria de Jesus em sua escrita, cujos manuscritos originais borram os padrões ortográficos e gramaticais, ao mesmo tempo em que forjam uma

da autora, que assim o utiliza em suas obras e que também o considero em minhas menções a ela. A relevância, para ela, é o conhecimento e as ideias, uma vez que “O mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu” (bell hooks, *in: The Sandspur*, v. 112, ed. 17 – Rollings College, Wintter Parks, Flórida – Disponível em: <https://issuu.com/thesandspur/docs/112-17>. Acesso em: 04 dez. 2021).

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

estética literária e linguística afro-negro-brasileira, no bojo de uma *epistemologia negra*. Busco ainda entender como esses e outros aspectos desembocam nos enquadramentos e desenquadramentos de imagens representacionais reverberados no/pelo texto caroliniano, bem como na própria constituição da imagem da autora por parte do mercado editorial.

A discussão que proponho em torno da escrita de Carolina Maria de Jesus ampara-se na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, publicado pela primeira vez em 1960, sob a edição de Audálio Dantas. O que aspiro aqui não se trata de uma análise profunda da obra, mas a tessitura acerca de apontamentos sobre as rasuras estéticas e linguísticas, bem como alguns movimentos de representação em que Carolina é “enquadrada” como autora-personagem favelada.

A metodologia empregada é de abordagem qualitativa, sendo uma revisão de literatura e análise literária comparativa, a partir de trechos do manuscrito de Carolina e da edição feita por Audálio Dantas. Como aporte teórico, baseio a discussão nos estudos de crítica textual feitos por Verônica de Souza (2019) sobre o processo editorial frente aos manuscritos da obra de Carolina Maria de Jesus, para entender os apagamentos estéticos, linguísticos e representacionais feitos na escrita de Carolina. Situo ainda os debates de Judith Butler (2015), bell hooks (2019), Guilles Deleuze e Félix Guatarri (2014), José Henrique de Freitas Santos (2018), entre outros, para discutir, respectivamente, enquadramento e desenquadramento de imagens, raça e representação, territorialização e desterritorialização da língua, e epistemologia negra na literatura.

1 FRATURAS NA ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS:
(DES)TERRITORIALIZAÇÃO DA LÍNGUA E RELAÇÕES DE
PODER

Principio a discussão situando o artigo “13 de maio de 1958: entre (res)significar a escravidão e escrever para se libertar”, de Verônica de Souza (2019), o qual é um recorte do seu consistente trabalho de pesquisa de doutorado. No referido artigo, amparado no escopo teórico e metodológico da Crítica Textual, a pesquisadora discute uma das partes do diário de Carolina – “13 de maio de 1958” – da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, editado por Audálio Dantas e publicado em 1960 pela Editora Círculo do Livro.

Nesse âmbito língua-literatura acerca da obra de Carolina Maria de Jesus, é importante ponderar alguns apontamentos feitos pela pesquisadora Verônica de Souza (2019) sobre os apagamentos da edição textual frente aos manuscritos da autora. Souza (2019) situa sua discussão no campo da Filologia e da Crítica Textual, para entender os apagamentos linguísticos, estilísticos, representacionais e de sentido na obra da autora, por parte da edição de seus manuscritos.

Numa análise filológica e de crítica textual, a pesquisadora identifica uma discrepância entre a versão fac-símile, isto é, o manuscrito de Carolina do excerto “13 de maio de 1958”, e a edição feita por Audálio Dantas. Souza (2019) contabiliza na obra impressa editada: 287 palavras, 1.217 caracteres sem espaço e 1.494 caracteres com espaço, ao passo que no manuscrito são contabilizadas: 843 palavras, 3.847 caracteres sem espaço e 4.554 caracteres com espaço. O destaque é dado à quantidade de caracteres e palavras que são suprimidos pelo editor, o qual justifica o feito por mera repetição de Carolina. Todavia, Souza (2019) destaca que, após leitura e análise dos manuscritos, ela percebe que não se trata de mera repetição de Carolina, mas de supressão de partes significativas que acentuam a potência da escrita da autora.

Em uma das partes suprimidas pelo editor na versão editada está:

Vou dizer o que acho errado na libertação A libertação no Brasil, foi premeditada longos anos. Mas o seu desfecho foi precipitado. Não deram apôio Moral aos pretos. Ergueram uma barreira. O preconceito. Negro não tinha

que ir na escola. Negro não tinha inteligencia para ir na escola Os brancos a raça predominante não queriam esclar-se comos pretos. Preto era ladrão. Era indolente e desclassificado. Os brancos so mesclavam com os pretos, nas guerras ou nas revoluções [...]”⁵.

Nas partes que foram suprimidas pelo editor, Carolina discute com propriedade diversas questões que tensionam as relações de raça, classe e poder na sociedade em que ela estava contextualizada, circunscrita em um racismo imanente em suas diversas estruturas. Esses achados por Souza (2019) apresentam um perfil de autora muito além aquela reduzida por muitos ao discurso da fome e de um despejo na favela.

Para além do caráter discursivo suprimido nos escritos de Carolina, elementos linguísticos também foram escamoteados no processo de edição, em nome da “lisura” textual. Na transcrição feita por Souza (2019) são observadas diversas palavras escritas por Carolina, em que acentuação, acréscimo ou alteração de fonemas, etc., “destoam” e borram os paradigmas gramaticais e ortográficos. Por exemplo: “êle”, “preconcêitos”, “apôio”, “revuluções”, “buatos”, “gurdura”, “tanta dó” (ao invés de “tanto dó”, conforme a norma gramatical), entre outras expressões. No entanto, é preciso entender, e principalmente no escopo da Crítica Textual: o que vem a ser ou não um erro ortográfico ou gramatical? Quais os critérios adotados em uma edição crítica ou para uma leitura de um dado texto? O que implica e considera a manutenção da escrita de Carolina tal qual seus manuscritos? Quais os desdobramentos éticos, estéticos, políticos, estilísticos e epistêmicos daí ressoam?

Entendendo o conceito de *pretuguês*, trabalhado pela importante intelectual, professora e filósofa brasileira, Lélia Gonzales (2020, p. 47), como “uma espécie de africanização ou criouliização do idioma falado no Brasil”, torna-se perceptível que não se trata isoladamente de desvios de uma norma

⁵ Versão fac-símile do manuscrito de *Quarto de despejo*, Carolina Maria de Jesus, transcrita por Verônica de Souza (2019, p. 137).

padrão da língua, mas de uma escrita em que a experiência da diáspora afro-brasileira se põe em latência na linguagem.

Nessa esteira, faz-se relevante apontar no seio dessa discussão os movimentos de desterritorialização do português brasileiro feitos por Carolina, sujeitados ao apagamento pela edição de seus manuscritos – como ocorreu em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) – e recriminação pela crítica literária tradicionalista. Logo, as questões tangenciadas por Guilles Deleuze e Félix Guatarri (2014), em *Kafka: por uma literatura menor*, se fazem relevantes, quando eles propõem um movimento de *desterritorialização da língua* operado pelo que eles chamam de “literatura menor”. Mobilizo essas questões reconhecendo os contextos conceituais trazidos pelos autores e alargando o escopo teórico.

Segundo Deleuze e Guatarri (2014, p. 35), “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua menor”. No contexto conceitual dos autores, uma literatura menor seria aquela que desterritorializa a língua maior, não necessariamente uma literatura diminuída pelo crivo do valor estético e de literariedade do dogmatismo literário. Assim, “menor” não estaria para qualificar certas literaturas, “mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida)” (DELEUZE; GUATARRI, 2014, p. 39). De tal modo, os autores situam os processos de desterritorialização operados pelo escritor Franz Kafka na língua alemã, por meio de sua escrita literária, tendo em vista sua pertença à comunidade judia em Praga.

Deleuze e Guatarri (2014, p. 39) afirmam que “as três características da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação do individual no imediato político, o agenciamento coletivo de enunciação”. É possível vislumbrar a escrita de Carolina nessas três operações, o que se poderia afirmar que, dentro desse escopo conceitual, seria uma literatura menor. Não me

proponho aqui a enquadrar a escrita de Carolina nessa categorização (mesmo não sendo impossível), mas visualizar outras tensões que nela sobressaem. Pois, em Kafka, essas três características são discutidas e bem recebidas pela crítica; no entanto, é válido localizar o autor na seara discursiva, uma vez que o *locus* enunciativo de Kafka situa um homem, branco e de educação europeia, inscrito no cânone literário mundial. No caso brasileiro, Carolina não faz o mesmo? Não tangencia essas três operações? Por que ainda assim suas rasuras na língua causam tanto incômodo?

Penso que poderia haver um quarto elemento crucial nessas características que os autores apresentam acerca da literatura menor: o lugar social do autor. São as relações de poder interseccionalizadas em raça, classe e gênero que legitimam essa literatura menor aceita no debate crítico. Carolina também opera uma desterritorialização na língua, ao trazer à tona um *pretuguês* que articula a experiência afro-brasileira com a língua portuguesa no Brasil; liga o individual ao imediato político, ao inserir-se poeticamente no debate da escassez de amparo e políticas públicas contra a pobreza, o racismo e a discriminação; e agencia coletivamente sua enunciação, ao tangenciar e denunciar em sua experiência individual as mazelas sofridas pelo povo negro nas favelas do país, sem perder seu lirismo e poeticidade.

Ainda que as outras duas caracterizações dessa “literatura menor” sejam mais consensuais na obra de Carolina, a desterritorialização da língua incomoda e é concebida como erro linguístico. Evidencia-se então: quem então pode desterritorializar a língua? Talvez essas ponderações reverberem o que há muito estamos tentando combater no Brasil: o racismo estrutural arraigado e o patriarcado escancarados, nos quais uma mulher negra, pobre e favelada é silenciada quanto aos seus procedimentos estéticos, éticos, culturais e representacionais, haja vista que Carolina construiu um projeto literário bem

instrumentalizado, dada a versatilidade de gêneros que ela produziu (SOUZA, 2019).

Deleuze e Guatarri (2014, p. 42) reiteram que “a língua compensa sua desterritorialização por uma reterritorialização nos sentidos”, e esses sentidos são latentes na obra de Carolina, um coro em que a ancestralidade afro-brasileira canta suas experiências borradas e violentadas pela colonização e pela colonialidade, mas no qual também a resistência impera e canta junto a outras vozes ancestrais advindas do outro lado do Atlântico, lado a lado com as experiências outras também dolorosas e não menos potentes dos povos originários deste país.

Dito isso, considerando a discussão proposta pelo professor e pesquisador José Henrique de Freitas Santos, acerca das cosmogonias e epistemologias iorubá e bantu na cultura e literatura afro-negro-brasileira em diáspora, há o entendimento de que:

[...] o próprio português brasileiro ‘iorubantuficado’ desde as estruturas lexicais às morfossintáticas, das estruturas fonético-fonológicas às (trans)formações que tornaram e tornam a língua portuguesa brasileira (quase) outro idioma é ainda um outro Atlântico no qual como falantes não-lusitanos nós derivamos potentemente como coletividade” (SANTOS, 2018, p. 163).

Nesse sentido, observadas essas marcas orais da Língua Portuguesa no Brasil explicitadas na transcrição, acentuo o fato de que Carolina estava imersa numa comunidade em que a oralidade e a diversidade linguística predominavam. Onde povos negros afrodescendentes, brancos e indígenas moviam um caleidoscópio linguístico, de um português brasileiro que, embora formalizado, não impera de modo puro, sendo influenciado por muitas culturas.

Quando ratificada a ideia de quilombo perspectivada por Beatriz Nascimento (1985) como resistência cultural negra, é possível pensar em uma

espécie de “aquilombamento da língua”, uma vez que a fuga para o quilombo possui um movimento ideológico de reação ao colonialismo. Carolina aquilomba a língua, mediante um árduo processo de uso contextual às condições sociais de subsistência relegadas. É o mesmo *pretuguês* discutido por Lélia Gonzales (2020), uma língua aquilombada numa gramática outra, inscrita na oralidade e num pragmatismo linguístico afro-negro-brasileiro.

Santos (2018, p. 163) versa que:

[...] um português afro-brasileiro, figura como ‘epistemologia linguística espacial glóssica’ onde as línguas africanas transmutaram-se, bem como as indígenas, e sacudiram o português do Brasil de tal forma que ele já é outro, nós mesmxs, e diz de um saber gentrificado e, sobretudo, etnicizado que aponta para a tradutibilidade de nossas experiências no Brasil e na diáspora africana.

À vista desses aspectos, o que Carolina mobiliza – em descontextualizadas situações tidas como erro ortográfico e gramatical para a cultura escrita – se trata da materialização da oralidade e dos trânsitos linguísticos tangenciados e em circulação no espaço da favela e das diversas comunidades, nas quais os povos marginalizados reivindicam na linguagem o seu lugar no mundo, uma linguagem preta cultural e epistêmica. Ainda na perspectiva de Santos (2018, p. 163-164), há de se considerar que “o pretense português brasileiro, sobretudo nas periferias negras do país, amalgama-se como pretoguês [sic.] na condição de uma língua diáspora que é muitas em uma”.

Mostra-se necessário, então, o entendimento de que há uma operação epistêmica e linguística negra na escrita de Carolina, um empreendimento que não pode ser lido sob as lentes coloniais e do dogmatismo literário. O que Carolina transmite em seus escritos é uma experiência estética, cuja imersão atravessa uma epistemologia negra, que entendida no campo da literatura, põe em evidência a potência de um universo negro, no qual língua e cultura

sobressaem numa estilística própria da autora, *in lócus* dos povos socialmente marginalizado.

Tais questões reverberam a necessidade de se conceber aquilo que Santos (2018) e outros pesquisadores (incluindo-me) reivindicavam e reivindicam: a elucidação de uma epistemologia negra nos estudos literários, a fim de conceber a gnose dos povos africanos, afro-brasileiros (não esquecendo das sabenças indígenas) na literatura, para marcar um outro modo de produção literária e cultural não inclusa nos paradigmas euro-ocidentais. Isso porque, “se realmente considerada, pode afetar o poder-saber em áreas como a dos estudos literários quando a tomamos como eixo central para a virada epistêmica no devir radical de uma teoria, crítica e historiografia neste campo” (SANTOS, 2018, p. 162).

No seio desse pensamento, é necessário compreender que há outras estéticas literárias não calcadas nos paradigmas euro-ocidentais, e, assim ponderar uma produção literária amparada em uma cosmogonia e epistemologia negras, que há muito foi posta à margem pelo discurso brancocêntrico. É preciso, então, entender Carolina e sua escrita nesse escopo, em que as rasuras linguísticas projetam-se como marcas de (re)existência e de resistência aos dogmatismos; nas quais se projeta a escrita do corpo e com o corpo, nas quais a carne forja e potencializa as letras.

A pesquisa de Verônica de Souza que contextualizo neste trabalho é muito relevante, no que diz respeito à compreensão estética e ética em torno da obra de Carolina, a partir de uma perspectiva filológica acentuada na crítica e no contexto da cena literária. Também por trazer à tona e possibilitar uma discussão em torno de uma outra epistemologia literária, não cabida nos paradigmas canonizados pela crítica mais conservadora da literatura.

A escrita de Carolina não cabe nas denominações simplórias e simplistas a que muitas vezes acaba sendo reduzida. A potência autoral, estética, ética e linguística da autora ocupa-se em:

[...] registrar suas condições sub-humanas devida, que atendia à pluralidade de seu cotidiano, que demarcava suas contradições, mas que a fazia ímpar num lugar onde os preconceitos, as violências, as privações queriam colocar a todos sob uma única ótica dos quartos de despejo (SOUZA, 2019, p. 143).

Recentemente, em meados do segundo semestre do ano de 2021, foi publicada pela editora Companhia das Letras uma edição mais apurada e consciente dos procedimentos estéticos da Carolina Maria de Jesus na obra *Casa de alvenaria*, edição que contou com a participação, dentre outros, da escritora Conceição Evaristo e de Vera Eunice, filha de Carolina.

O resultado foi reverberado em dois volumes, *Casa de alvenaria – Volume 1: Osasco* e *Casa de alvenaria – Volume 2: Santana*, nos quais os/as editores/as, entendendo os apagamentos e silenciamentos já operados pelo processo editorial na obra de Carolina, recusaram-se a acometer novamente tais displicências.

Entretanto, muitas críticas foram levantadas e debatidas no círculo da crítica literária acerca da manutenção da escrita de Carolina tal qual os seus manuscritos. Alguns pesquisadores e críticos da literatura se posicionaram de maneira contrária a tais manutenções, sob a justificativa de que isso implicaria manter Carolina num lugar de figura "exótica", "a favelada que escreve". Entendo que essas posturas já revelam muita coisa por si só, no sentido de que há então uma norma, e tudo aquilo que não a seguir reduz-se ao exotismo e ao "Outro" não circunscrito no discurso estético euro-branco-ocidental.

Esse debate pode não ser unânime em torno da crítica, e não o venho aqui fazer com que o seja, uma vez que reside aí a potência na construção e democratização do conhecimento. Mas, apropriando-me da ponderação feita pela escritora Conceição Evaristo, algumas questões revelam-se incômodas: por

que as rasuras linguísticas feitas por Guimarães Rosa⁶, por exemplo, não foram considerados erros e desvios gramaticais/ortográficos e assim rechaçados pela crítica literária, como veio a acontecer com Carolina? Por que foram considerados (quase que) categoricamente como neologismos? O que diferencia os procedimentos utilizados por Rosa daqueles por Carolina? Ao meu ver, o que se discorre nessa distinção interpõe-se não apenas na experiência humana vivenciada por cada um dos autores, mas ainda nas relações de força e de poder sobre quem pode dizer o que e quem não o pode nas esferas sociais, culturais e acadêmicas brasileiras.

Isso diz muito sobre uma corrente epistemológica branca que ainda dita o que pode e o que não pode ser feito na língua e na literatura sob uma única ótica, esquecendo-se, talvez, de que ambas não cabem na fixidez e na incisividade de paradigmas unívocos e cristalizados. Ainda estamos lidando com outros modos de colonialismo, pois um colonialismo linguístico e estético ainda opera no âmbito da literatura. Acomete-se ainda um “epistemicídio” (SANTOS, 2018) da intelectualidade negra e afro-diaspórica (não esquecendo dos povos originários indígenas), ainda amparado no racismo estrutural e institucional, no genocídio e na violência física e intelectual do povo negro.

Todavia a resistência segue como principal operação dos comandos opressivos, na tentativa constante de descolonizar a língua e a literatura, desterritorializando-as (DELEUZE; GUATARRI, 2014). Pois o que se pôs, penso, nessa nova edição dois volumes de *Casa de Alvenaria* foi um movimento de trato e acolhimento da estética e intelectualidade adversa aos padrões. Um trabalho de cuidado ético e estético, em respeito a uma epistemologia negro-brasileira e afro-diaspórica de Carolina, difundida e articulada numa produção literária, na qual aquilombamentos linguísticos e identitários são forjados e consolidados, num ato que descortina a “desescravização da linguagem” (SOUZA, 2019).

⁶ Como as rasuras ocorridas em sua obra *Grande Sertão: Veredas*, por exemplo.

2 ENTRE A AUTORA E A PERSONAGEM FAVELADAS: CAROLINA E OS (DES)ENQUADRAMENTOS DE IMAGENS

Haja vista o exposto sobre as (des)territorializações da língua feitas por Carolina, ensejo essa seção para entender um pouco mais sobre como essas operações confluem num jogo representacional, em que representação literária e representação social são amalgamadas, corroborando a criação de imagens, nas quais a autora acabou por ser enquadrada pela edição, pela crítica e por muitos leitores (alheios às manobras ideológicas e mercadológicas interpostas).

Para tanto, elucidarei as noções de *enquadramento* e *desenquadramento*, discutida pela filósofa e feminista estadunidense, Judith Butler (2015), pois interessa-me entender como a escrita de Carolina muito foi enquadrada e reduzida pela edição e, conseqüentemente, pela crítica como uma “estética da fome”, “diário de uma favelada”, “voz da favela”, “autora que escreve a realidade”, entre outras, ao passo que é percebível na obra da autora – para além de tais designações – outros horizontes representacionais e de representatividade do povo negro, também marginalizado nas favelas do país, sem perder de vista a potência estética e criativa mobilizada pela autora.

Ao mesmo tempo, Carolina também desenquadra essas representações na medida em que, mesmo sendo estereotipada pela crítica, denuncia as agruras vividas na favela numa escrita poética que comunga também às vivências cotidianas e coletivas da diáspora afro-brasileira nos morros, perpassadas por um aquilombamento linguístico e estético, como foi discutido na seção anterior. A autora tensiona outros fios de discussão, a partir de uma lógica interna e potente, operada por o que aqui pensaremos como uma *epistemologia negra* na literatura, tendo em vista ainda as questões apontadas por Santos (2018).

Em *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*, Judith Butler (2015) pontua diversas discussões acerca da precariedade da vida e suas questões ontológicas, as quais problematizam a concepção ou não do outro como vida e como “ser” atravessado por uma precariedade que, por vezes, não lhe confere o *status* de *reconhecimento*. É importante lembrar que esse reconhecimento, como reitera a própria Butler, é configurado a partir de lentes condicionadoras pautadas em relações de poder, que legitimam ou não a alteridade como vida passível de respeito e humanidade. Tais lentes são entendidas pela autora a partir da noção de *enquadramento*, que se configura como uma espécie de “emolduramento” de um ser, da sua imagem, que define ou não sua vida e precariedade.

Segundo Butler (2015), o *reconhecimento* implica a compreensão de suas condições mais gerais articuladas e reforçadas na história. O reconhecimento pressupõe, então, as condições de ser reconhecido, estas que se baseiam em convenções, categorias e normas preestabelecidas por grupos dominantes na hierarquia social. Se tomado como exemplo os negros e negras na história brasileira, desde os primórdios da colonização e do tráfico negreiro, poderíamos visualizar as diversas molduras que foram colocadas pelos colonizadores, a fim de apagar ou mesmo dizimar seu *status* de humanidade, reduzindo-o a objetificação mercadológica e moeda de troca, por meio de convenções arbitrárias e imposições infundadas, que desembocaram no processo de desumanização dos negros escravizados. E é interessante observar como esses enquadramentos do passado ainda reverberam nas imagens construídas pelas lentes colonialistas, euro-ocidentais e brancocêntricas na atualidade.

Butler (2015, p. 23) destaca que “esse sentido de que a moldura direciona implicitamente a interpretação tem alguma ressonância com a ideia de *incriminação/armação* como uma falsa acusação”. Em face da moldura do

discurso de incriminação e subserviência e de uma presunçosa soberania branca na qual o negro foi desumanizado durante o processo escravocrata e ainda marginalizado no pós-abolição, ressoa as consequências das violências diversas, negligências e extermínio que até hoje a população negra vivencia. São os enquadramentos da colonialidade e da branquitude opressora que direcionam o olhar racista sobre o povo negro e sua cultura.

No que concerne a ideia de enquadramento a que me refiro neste trabalho, amparada nesse debate da Butler, penso nas molduras empregadas na imagem de sujeitos subalternizados. Aqui, a exemplo, dos enquadramentos representacionais de uma moradora da favela, circunscritos no apagamento da sua civilização e intelectualidade, esta que tem suas normas e convenções particulares que regem de todo modo sua relação com sua comunidade, povo e o mundo. Tudo isso, em nome da decisão do que era ou não vida, mediante os interesses e conveniências colonialistas e capitalistas, no sentido do que é ou não vendável no mercado literário.

Nessa seara, é fulcral elucidar as tentativas de enquadramento da imagem de Carolina como escritora de um certo *lócus*, operadas no ato de edição da sua obra. Souza (2019, p. 141) constata em sua pesquisa filológica uma alteração feita por Audálio Dantas, na qual Carolina utiliza em seu manuscrito a estilística sintática da ênclise, ao passo que o editor a modifica para próclise, como é possível observar: “(3) **MANUSCRITO:** A manifestação agrada-me / **IMPRESSO:** A manifestação me agrada” (SOUZA, 2019, p. 141, grifo da autora). Não é possível conceber essas alterações como meramente inocentes, pois praticamente todo o texto de Carolina foi “corrigido” pelo editor, a fim de normatizar sua escrita. Isso acontece também em outro caso com o uso pronome “lhe”, em que Carolina faz a utiliza a ênclise em “mandei-lhe”, e o editor transmuta para “lhe mandei”. O fato aqui não se trata de uma correção gramatical, mas uma mudança no estilo de escrita da autora.

Na leitura de Souza (2019, p. 141):

Dantas parece selecionar as correções para dar a Carolina alguma identidade específica. Por outro lado, quando ela atende a outras normas, ele também interfere de maneira a modificar a sua gramática [...] O uso da ênclise, conhecido como uma alternativa mais rebuscada do indivíduo e feito por Carolina, é alterado para a posição proclítica, isto é, antes do verbo.

Nesse apagamento estilístico, que acentuava um rebuscamento na linguagem, é perceptível um movimento editorial feito por Dantas que se perfaz de modo bastante perigoso, no que diz respeito à concepção e enrijecimento de uma imagem de Carolina como autora. Há uma fenda interpretativa, cuja inferência nos permite apontar à tentativa de criação de algum perfil para escritora. É como se moldasse uma identidade autoral para Carolina que condissesse com esse lugar de “favelada” de linguagem precária e sem contexto, sem a menor justificativa.

Carolina tinha um posicionamento crítico acerca dos diversos contextos sociais, históricos e políticos no Brasil, principalmente no tocante à população negra e à marginalização a qual foi submetida, como exemplificado na seção anterior; isso, além de um denso repertório de leitura, como Souza (2019) busca apresentar em suas pesquisas. Tais aspectos permitem-nos entender que Carolina, como escritora e potência criativa, não cabe nas redundâncias e estereótipos linguísticos e representacionais nos quais ela foi muito submetida.

Ainda que pareça contraditório, penso não haver contradição. O fato de ser apontada aqui a necessidade de se conceber uma outra estética na escrita de Carolina, que foge da normatividade, entendendo as rasuras feitas pela autora na/com a língua, não justifica o ato do editor do texto de alterar o estilo proposto pela escritora para tramar assim um perfil identitário. A escrita que Carolina tece está forjada e amparada nas vivências comunitárias e ancestrais do povo preto nas comunidades e morros, forjada, não perdendo de vista outros modos “sofisticados” que fazem parte do seu repertório enquanto leitora

voraz e escritora bem informada. O que ela coloca como ênclise e é transposta à próclise pelo autor não se resume a uma mera alteração sintática: se inscreve no jogo de enquadramento de imagens, no qual Carolina deveria continuar a ocupar um perfil de escritora “excêntrica” advinda da favela, atendendo ao perfil do *marketing* editorial.

Acerca dessa questão, é oportuno tensionar algumas discussões feitas pela teórica feminista e ativista antirracista bell hooks (2019), que propõe um debate bastante interessante sobre os modos de representação do negro na mídia e outros meios. A autora aponta que tais criações de imagens se tratam de perspectivas, isto é, de que ponto de vista olhamos ou somos vistos, como negritude. Mas hooks destaca que não se trata apenas de “desviar o olhar das formas convencionais de ver a negritude e nossas identidades [...]”, pois:

[...] é também uma questão de transformar as imagens, criar alternativas, questionar quais tipos de imagens subverter, apresentar alternativas críticas e transformar nossas visões de mundo e nos afastar de pensamentos dualistas acerca do bom e do mal” (hooks, 2019, p. 36-37).

Nessa ótica, não basta para nós, como negros ou afins à causa da negritude, transformar as imagens, é necessário também mudar os paradigmas, os modos de ver.

Um aspecto emblemático que bell hooks reitera sobre a criação de imagens sobre o povo negro e o mercado da indústria cultural é apontado nessa passagem: “a diferença cultural vende” (hooks, 2019, p. 58). É sob esses moldes que Carolina é submetida ao capitalismo e comercialização das culturas, na qual sua imagem emoldurada como exótica rende nas vendas de suas obras, no sensacionalismo de uma autora que escreve “excentricamente” e que fala da fome e da miséria.

Souza (2019) apresenta uma questão que é muito interessante, em torno das dificuldades de se publicar um livro no Brasil, ainda mais nas condições

abissais vivenciadas pelas populações pobres e, sobretudo, negras, estando Carolina inserida nesse rol:

O desejo de Carolina de ser publicada e lida fizeram com que a escritora confiasse exclusivamente no trabalho do editor que estava mais interessado, ao que parece, em apontar as mazelas sociais do que a possibilidade de uma mulher com as suas características despontar como uma escritora que faria das suas vivências oportunidades para dialogar suas experiências de vida e de leitura, de textos e de mundo, licenciando um letramento que sobressai aos autos de(re)existência (SOUZA, 2019, p. 142-143).

Essas palavras da pesquisadora reiteram as ciladas em que nós negros somos submetidos, para conseguir emergir nossos sonhos. Reverberam as violências também simbólicas, às quais ainda estamos sujeitos, pois ainda somos lidos sob as lentes da conveniência e subserviência. Mas ainda podemos observar nesse episódio uma estratégia de insurgência, imprimida por Carolina, nessa atitude que, embora submetida à violência na criação das imagens acerca de si, a desponta como escritora, abrindo caminhos para seu reconhecimento como tal e para outras leituras e interpretações de suas obras. Leituras, talvez, mais próximas da sua epistemologia, do seu modo de ver, ler e escrever o mundo.

No ensejo desse debate, não poderia deixar de destacar um movimento potente que Butler (2015) discute acerca da destituição e questionamento da moldura imposta sobre uma dada imagem, apontando a possibilidade de um ver além desse enquadramento, de ver algo que sobressalta essas lentes e toma para si a narrativa, e aqui eu diria a sua própria representação. Butler (2015, p. 24) afirma que “questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível”.

Nessa esteira, trago os movimentos que a crítica editorial fez, por exemplo em *Casa de Alvenaria*, trazendo a narrativa caroliniana sob uma

perspectiva mais ética e implicada aos seus procedimentos linguísticos e estéticos. Não posso deixar de considerar que talvez até esse ato da nova crítica seja também um enquadramento, já que são pessoas que se empreendem na edição do texto de Carolina. Mas, retomando a discussão de bell hooks (2019) e dialogando com Butler (2015), as questões que se interpõem são: de qual enquadramento estamos falando? Quem opera esses enquadramentos? Sobre quais regras e convenções tudo isso é operado? Quais imagens são imprimidas nessa recente atitude filológica-editorial?

Há de se considerar que as implicações da edição feita por Audálio Dantas dos manuscritos de Carolina respaldam e muito na constituição da imagem da escritora, em nível nacional e mesmo internacional. Souza (2019, p. 133) reitera que:

Era uma escrita de teor filosófico, histórico, sociológico, que operava noções maiores do que a ignorância de pessoas, que não conseguiam enxergar nada mais do que simplicidade numa mulher que arrastava a vida nos chinelos e nos materiais reciclados que levava às costas, pudesse alcançar. Entretanto, isso não pode ser acessado muito claramente com o que é disponibilizado por meio da obra impressa [editada por Audálio].

Para além da imagem literária de Carolina impressa na edição dos seus textos, um outro elemento emblemático que figura capas de livros e retratos de Carolina nos diversos suportes e meios é o próprio lenço que figura em sua cabeça. Que lugar demarca esse lenço? Tal lenço pode simbolizar muitas coisas, inclusive um bem-estar da própria autora, pois a própria Carolina, às vezes e em sua vontade, gostava de utilizá-lo. Mas, como bem propõe a Conceição Evaristo⁷, em reportagem sobre a autora, não podemos deixar de pensar sob a ótica de quando há ou não liberdade para o seu uso.

Na mesma reportagem, a historiadora Raquel Barreto reitera que muitas vezes Carolina foi obrigada a utilizar o lenço, pois “era isso que se esperava de

⁷ Ver “Caminhos da Reportagem – Carolina de Jesus, a escritora além do quarto”, elaborado pela TV Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6AvUP-IoYEO>. Acesso em: 04 dez. 2021.

uma moradora que vinha da favela”⁸. Não há como não conceber também esse lenço como elemento/símbolo de uma espécie de enquadramento da imagem de Carolina a um lugar de subalternidade e estereotipização de uma negra favelada dada a escritora, conveniente ao mercado editorial.

Como afirma Rejane Barcelos, atriz e poeta, conhecida como “Rainha do Verso”: “O lenço é o lugar de subalternidade que colocava Carolina, porque não era somente um adorno, o lenço é a algema de Carolina, que ela tentou tirar a vida inteira sem sucesso”⁹. Assim, é perceptível uma certa dualidade e complexidade em torno do lenço de Carolina e o que ele representa ou vem a representar, pois são outros enquadramentos de imagem acerca da autora, forjados quando o mesmo não é utilizado espontaneamente por ela.

A filha de Carolina, Vera Eunice, na já referida reportagem, nos lembra: “Minha mãe era muito vaidosa, minha mãe gostava de se pintar, minha mãe gostava de usar colares, ela mesma confeccionava os brincos e os colares dela, o pente na cabeça... ela sempre gostou muito disso”¹⁰. Outras imagens de Carolina estão em recorrência, sem esse lenço, mostrando-nos uma escritora para além dele, para além dessa algema que a prende a um lugar já superado ou que constantemente buscamos coletivamente, como negritude, superar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência percorre inúmeros caminhos com diversas facetas. E no âmbito da arte, mais enfaticamente da literatura, essa violência transcende o ficcional, dirimindo seus contornos com a realidade. A trajetória de Carolina Maria de Jesus figura bem essas rotas de violência, marcada pelas rasuras

⁸ *Idem.*

⁹ *Idem.*

¹⁰ *Idem.*

editoriais, cuja cor da pele marca a subalternidade e rasgos de sua autonomia como autora.

A correção de “erros” e “desvios” ortográficos e gramaticais na escrita de Carolina diz muito sobre a crítica literária e o mercado editorial que temos no Brasil. O cerceamento do discurso criativo de Carolina é relacionado a fugas de uma normatividade da língua, sem considerar os procedimentos estéticos, simbólicos e ideológicos que são rasgados, em nome da manutenção candura da língua e literatura envoltas em moldes canônicos, brancos e elitistas.

Entendida na perspectiva de Deleuze e Guatarri (2014), Carolina imprime em seus escritos uma espécie de desterritorialização da língua, simultaneamente territorializada em um *pretuguês* (GONZALEZ, 2020), incorporando na literatura brasileira o viés de uma epistemologia negra, por vezes, assassinada, anulada e levada às bordas do pensamento intelectual.

Destaco a relevância do trabalho que vem sendo desenvolvido por, dentre outros pesquisadores, Verônica de Souza, o qual embasou a discussão aqui proposta e que nos possibilitou, por uma via crítica e filológica, pensar em uma outra Carolina escritora, em uma outra escrita literária, para além dos estigmas, estereótipos e apagamentos.

Adjacente a essas territorializações e desterritoriazações da língua, é possível observar as confluências dessas questões na configuração das imagens de/sobre Carolina Maria de Jesus no/pelo mercado editorial. São enquadramentos (BUTLER, 2015) feitos que direcionam a escritora a um lugar de subalternidade e excentricidade que não mais lhe cabe, nunca lhe coube. São, concomitantemente, desenquadramentos operados no legado de Carolina, feitos pela autores e outros editores/as mais sensíveis à pauta anticolonialista e antirracista, por meio de estratégias de resistir e insurgir na literatura, um outro horizonte literário, uma outra narrativa ética e estética da literatura.

A diversidade que pode permear a produção artística e ficcional é sempre uma constante. Carolina não viola a língua portuguesa por não a conhecer ou dominar, mas por entender que é a própria língua o espaço do jogo poético e criativo, é ela também um espaço de construção e desconstrução das estruturas sociais e das relações de poder. Carolina sabia articular com propriedade a “palavra-mundo”, pois “se tratava de uma escrita abundante de significados e de suas leituras de vida e de mundo” (SOUZA, 2019, p. 133). Portanto, os “desvios” ortográficos-gramaticais são metaforicamente (e mesmo literalmente) “desviadores” de sentidos cristalizados, utilizados numa estilística contra-hegemônica, capaz de fazer da língua um espaço transgressor da realidade.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. Vida Precária, vida passível de luto. In: BUTLER, J. *Quadro de Guerra. Quando a vida é passível de luto?*. Tradução por Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 13-55.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é uma literatura menor? In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Cíntia da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 33-53.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Círculo do Livro S. A., 1960.
- JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria – Volume 01: Osasco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria – Volume 02: Santana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra – Revista de Estudos do Mundo Negro*. ano 3, n. 6 e 7, 1985, p. 41-49.

SANTOS, José Henrique de Freitas. Yorubantu: por uma epistemologia negra no campo dos estudos literários no Brasil. *Fólio – Revista de Letras*. v. 10, n. 2, 2018, p. 161-172.

SOUZA, Verônica de. 13 de maio de 1958: entre (res)significar a escravidão e escrever para se libertar. *In: Anais do Congresso do VII Congresso baiano de pesquisadorxs negrxs, 2019, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Políticas, saberes e tecnologias afro-diaspóricas: insurgências nas contemporaneidades negras*. v. 1, n. 1. Salvador: Segundo Selo, 2019. p. 129-143.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 12 de Fevereiro de 2022.

Aprovado em sistema duplo cego em: 03 de Julho de 2022.